



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 14 de agosto de 2022

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na sexta-feira	Euro Comercial, venda na sexta-feira	Capital de giro Na sexta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,78% São Paulo	108.651 / 112.764	R\$ 1.212	R\$ 5,074 (-1,63%)	R\$ 5,207	6,76%	13,66%	Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68

ORÇAMENTO

Os riscos da mudança na regra do teto

Analistas destacam que discutir um novo arcabouço fiscal é imprescindível, mas momento é inoportuno

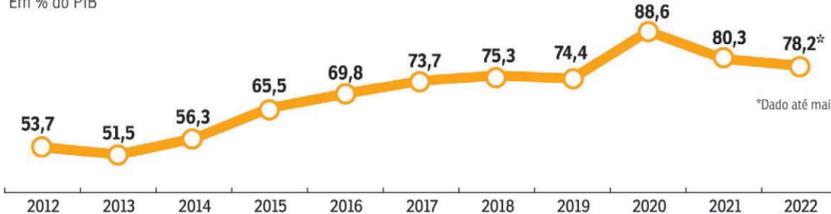
» ROSANA HESSEL

Bomba relógio

Ao tentar mexer novamente na regra do teto de gastos e criar uma nova âncora fiscal focada na dívida, governo gera instabilidade, o que deverá aumentar a conta de juros

Evolução da dívida pública bruta

Em % do PIB



Conta de juros nominais

Em R\$ bilhões



Taxa de juros da dívida pública bruta

% em 12 meses

Total	Dívida bruta total	Governo federal
Nov21	7,3	7,5
Dez21	7,6	7,9
Jan22	7,9	8,2
Fev22	8,3	8,6
Mar22	8,8	9,1
Abr22	9,3	9,7
Mai22	9,8	10,1

Fontes: Banco Central, Ryo Asset, Tendências Consultoria e PLDO-2023

Fatura explosiva

Conta de subsídios deste ano vai crescer quase 54% pelas projeções da Ryo Asset, devido às medidas fiscais para redução dos preços dos combustíveis

Previsão oficial de gasto tributário para 2022	371,1
Isenção do diesel	48,0
Isenção na gasolina	32,0
PLP18*	50,0
Redução do IPI	19,0
Total: 520,1	

*Lei sancionada em junho deste ano limitando de 17% a 18% o ICMS de combustíveis, gás, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo, ao classificar como essenciais esses bens e serviços, com previsão de compensação do governo federal.

Bombas armadas

R\$ 60 bilhões

Previsão da equipe econômica para a manutenção do auxílio de R\$ 600 em 2023

R\$ 55 bilhões

Custo da isenção do Imposto de Renda de quem ganha até cinco salários mínimos, uma das promessas do plano de campanha do governo

R\$ 75 bilhões

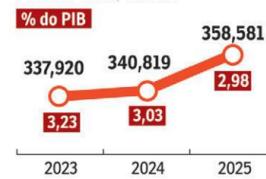
Estimativa da Tendências Consultoria sobre o impacto fiscal dos reajustes de servidores no ano que vem

Diretrizes fiscais

Projeções da LDO de 2023 podem ser mera peça ficção se as despesas criadas se estenderem no ano que vem

Renúncia fiscal

Previsão em R\$ bilhões



Metas fiscais

Resultado primário em R\$ bilhões



“O governo precisa encaminhar um plano de redução desses subsídios até setembro deste ano”, alerta Barros.

Contudo, essa imposição é vista como “piada” entre técnicos do governo, porque não existe punição para o descumprimento. Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar o aumento de despesas durante a campanha eleitoral.

“O governo só perde credibilidade quando resolve mudar a regra fiscal toda vez que quer aumentar despesa”, frisa Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating. Para ele, essa quarta mudança no teto de gastos é preocupante, porque o cenário atual não é favorável para uma mudança nas regras atuais, que precisam ser cumpridas e não alteradas constantemente.

O economista Juan Jensen, sócio da 4 Intelligence (4i), engrossa o coro de que a questão fiscal é preocupante com o grande número de mudanças no teto de gastos. “Na primeira vez, durante a pandemia da covid-19, foi compreensível, porque era uma exceção devido a uma emergência global. Agora, não se pode colocar tantas exceções na regra”, alerta.

Alternativa ruim

Um consenso entre os analistas é de que o uso da dívida pública como um substituto do teto de gastos não é uma boa alternativa de arcabouço fiscal. “O endividamento está sujeito a uma série de fatores que não são controláveis, como inflação, que, se for muito elevada, ajuda a reduzir a dívida por conta da correção no PIB nominal e abre espaço para uma política heterodoxa”, afirma Juan Jensen, da 4i, defendendo o controle fiscal pelas despesas. “Essa é a beleza do teto de gastos: é reduzir despesa para fazer superávit primário e fazer o governo não gastar mais do que arrecada”, pontua.

Gabriel Leal de Barros, do Rio Asset, por sua vez, reforça que o governo não teve preocupação em reduzir subsídios e foi na contramão da consolidação fiscal. “O teto foi destruído, e não há nenhuma alternativa racional, equilibrada e qualitativamente melhor do que temos hoje. Não é possível fazer um debate de um novo arcabouço fiscal no afogadilho. É preciso analisar o que funcionou e o que não funcionou e fazer adaptações”, afirma.

A economista Karina Bugarin, especialista em contas públicas e pesquisadora do Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP (Nereus), ressalta que a literatura mostra que, em um sistema democrático, há uma tendência de expansão de incentivos fiscais de forma desordenada e, portanto, é preciso abrir espaços para medidas anticíclicas, quando o aumento de gastos é utilizado apenas para estimular a economia em momentos críticos. Nesse sentido, ela lamenta o fato de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 foi sancionada por Bolsonaro com 37 votos, sem que nenhum deles tratasse de redução de gastos.

“Pelo contrário, o governo manteve uma expansão de gastos permanente, como o orçamento secreto”, completa, em referência às polêmicas e pouco transparentes emendas do relator, uma jabuticaba do governo Bolsonaro que deve passar de R\$ 16,5 bilhões, neste ano, para R\$ 19 bilhões, no ano que vem.

Luis Otávio Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, destaca que esse aumento dos riscos fiscais está no radar do mercado e, assim como o fim do teto de gastos, o próximo governo terá que aumentar a carga tributária para fazer frente aos aumentos de despesas recentes. “A questão agora é o que vai ficar no lugar. Ninguém acredita que o teto será mantido em 2023, seja com Lula, seja com Bolsonaro. Por isso existem duas coisas certas no ano que vem: o teto está morto e teremos aumento de imposto”, resume.

O economista Simão Silber, professor da USP, lembrou que o maior imposto de todos será a inflação, pois, como a maior parte da dívida pública é interna, o risco calote se transforma em emissão de moeda, que gera pressões no câmbio e nos preços domésticos. “Dada a piora fiscal neste fim de mandato, não há uma trajetória adequada do ponto de vista intertemporal que crie confiança nos agentes econômicos, para acreditarem que o Brasil não tem probabilidade de dar um calote em seus credores”, explica. (RH)

vez do teto, na avaliação de especialistas. E a última pá de cal foi colocada com a PEC Kamikaze ou Eleitoreira, que burlou novamente o teto ao criar uma bomba fiscal de R\$ 41,2 bilhões ao ampliar o auxílio para R\$ 600 e criar uma série de benefícios, incluindo auxílios para caminhoneiros e taxistas.

“Não existe mais arcabouço fiscal. E, neste segundo semestre, não existe mais respeito ao teto de gastos. A ideia de que o governo é liberal na economia é apenas um discurso. Na prática, é tudo contraditório e sem coerência lógica”, vaticina o economista Simão Davi Silber, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

“Desde o primeiro dia, o comportamento do governo foi dizer que quer o segundo mandato. E, para isso, toda a política foi direcionada para criar um grupo de apoiadores em todos os segmentos da sociedade para o projeto político do incumbente”, lamenta. Ao contrário das afirmações de Guedes de que o quadro fiscal “está forte”, Silber não tem dúvidas do oposto, porque o forte aumento das receitas deste ano, que têm ajuda da inflação, não deve se repetir no ano que vem, pois o crescimento do PIB em 2023 será “insignificante”. Técnicos da equipe



Não existe mais arcabouço fiscal. E, neste segundo semestre, não existe mais respeito ao teto de gastos. A ideia de que o governo é liberal na economia é apenas um discurso. Na prática, é tudo contraditório e sem coerência lógica”

Simão Davi Silber, economista e professor da Universidade de São Paulo

econômica, aliás, afirmam que não há espaço no Orçamento de 2023 para a continuidade dessas medidas criadas pela PEC Eleitoreira e, muito menos para uma isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos (R\$ 6.060). A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultorias, lembra que o próximo governo, seja ele quem for, vai ter que lidar com as pressões de reajustes dos servidores.

“Está claro que a questão eleitoral está tendo um peso no desenho da política econômica recente. E a percepção do mercado é de que, seja Bolsonaro, seja Luiz Inácio Lula da Silva (PT), haverá mudança no arcabouço fiscal”, afirma. Segundo ela, os R\$ 11,5

bilhões separados para reajuste de servidores em 2023 não dão para o cheiro das reivindicações para recompor as perdas inflacionárias desde 2019, que, pelas estimativas da Tendências, chega a R\$ 75 bilhões.

Analistas também alertam para o forte aumento dos subsídios neste ano. Conforme levantamento feito pelo economista Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset, a conta de renúncia fiscal neste ano deve chegar a R\$ 520 bilhões, aumento de pouco mais de 50% sobre a previsão no início do ano, na contramão da proposta de regulamentação do teto — prevista na PEC Emergencial, em 2021, que estimava a redução da fatura de renúncia fiscal para 2% em oito anos.